

16 ABR 1988

# A voz das ruas ECONOMIA DO BRASIL

Moacir Werneck de Castro

**S**ustenta o ministro da Fazenda que as medidas econômicas postas em prática pelo governo não têm por objetivo agradar ao Fundo Monetário Internacional ou aos credores estrangeiros. Mas é feito aquela história: tudo se passa como... Tanto faz, pois, acreditar ou deixar de acreditar no ministro. Os que se fiam na palavra dele podem tranquilamente murmurar: *Credo quia absurdum*, creio porque é absurdo — secundando Tertuliano, não o frívolo peralta, mas o aguerrido teólogo do começo da era cristã.

De fato, só a exaltação mais desapoderada da fé poderia conferir credibilidade a um governo que a perdeu numa sucessão desastrosa de equívocos. Ainda haverá crédulos neste país — em Taubaté SP, Pinheiro MA ou Valença RJ? Quem quiser que aposte.

Seria então — perguntemos, na melhor das hipóteses — mera coincidência Brasília estar fazendo tudo segundo o figurino do FMI? Dá na mesma. Tudo se passa como. O resultado prático vem ao encontro dos mais ardentes votos dos grão-senhores da finança internacional. No caso do Brasil, como já foi dito aqui, a mudança de comportamento é especialmente chocante. Esse mesmo governo da Nova República cultivava até há pouco uma postura independente e disso se gabava em arrobus-patrióticos. “Não podemos admitir que a intransigência dogmática de organismos financeiros imponha ao país uma política recessiva”, dizia Sarney.

Para implementar a reviravolta foi escolhido a dedo um modesto tecnoburocrata que cumpre ordens sem titubear, sem ter de prestar contas a instâncias partidárias ou dever fidelidade a princípios e programas; um pau pra toda obra, obedientíssimo aos ditames do Planalto.

Os brasileiros e brasileiras, versados ou não em ciência econômica, estão vendo a realidade que se estrela, medonha, diante de seus olhos. O Brasil segue o mesmo receituário amargo já aplicado em outros países que se ajustaram, *bon gré mal gré*, às práticas “recomendadas” pelo sistema financeiro internacional. A história contemporânea está cheia desses exemplos, que registram invariavelmente a estagnação da atividade econômica e o aumento da miséria do povo. Com pequenas variantes, o que se impõe é um modelo que pretende ordenar a economia pela via punitiva da recessão.

A suspensão da URP ao funcionalismo público é uma medida que desvenda, mesmo aos mais cegos, a essência de uma política recessiva que necessariamente não há de parar por aí.

Trata-se de um claro sinal de que a meta estabelecida passa pelo arrocho salarial completo, a afetar também os trabalhadores da empresa privada.

Está mais do que demonstrado, pelos analistas mais competentes, que por esse caminho o governo só fará descarregar nos ombros (e estômagos) dos que vivem de ordenados e salários todo o impacto da crise pela qual ele próprio, com sua inépcia e insegurança, se tornou responsável. Não há que repetir argumentos técnicos. O supermercado e a feira fornecem os necessários elementos de contabilidade e convicção.

Os preços, segundo a doutrina vigente, flutuam — quer dizer, vão às nuvens. A inflação é modestamente calculada em 20% ao mês, salvo quando alguma mudança na direção do IBGE ameaça uma redução pela impossibilidade de computar a taxa inflacionária da última semana, como se anuncia para abril. Enquanto os preços flutuam e sobem como balões enlouquecidos, os rendimentos do trabalho afundam. Resultado: milhões de brasileiros estão vivendo na angústia, no desespero.

Como os preços devem flutuar, as mensalidades dos colégios foram liberadas por decreto. O ministro Maílson apareceu perante o país, senão como Maria Antonieta (sempre há explicações posteriores: não foram brioches, foram *croissants*), ao menos como um fatalista do mercado: quem abusar será automaticamente punido. Ora, se isto fosse verdade, a ganância teria sido extinta no nascedouro pelo capitalismo, quando o que se vê, sobretudo nestes domínios de capitalismo selvagem, é que ela viceja como nunca — e sempre clamando contra qualquer tímida coerção do poder público que tente contê-la.

Pressionado pelo movimento dos estudantes, a quê a Justiça deu ganho de causa, o governo federal voltou atrás. Mas se enreda em novas dificuldades, em novos problemas. E por quê? Simplesmente porque está amarrado a uma política global que privilegia o ensino particular, cujos preços têm de ser flutuantes, em obediência às sacrossantas leis do mercado. É preciso uma enorme dose de burrice ou má fé para não enxergar isso.

Onde vamos parar? É o que todos agora indagam. Os sinais precursores de uma turbulência social aí estão. Ela ainda pode ser evitada, se as forças políticas bem ou mal representadas no Congresso Constituinte tiverem sensibilidade bastante para se mobilizar, forçando o governo a mudar o rumo catastrófico que vem seguindo. Basta, para tanto, que ouçam a voz das ruas, e não o cochicho das conveniências interesseiras ou das acomodações impatrióticas.